

A ciência econômica como retórica: por uma nova ontologia

Gustavo Ruiz da Silva

Graduando em Ciências Sociais na (PUC-SP)
(ruizdasilva.gustavo@usp.br)

Pedro Almeida Meniconi

Graduando em Economia na (USP)
(pedromeniconi@usp.br)

Resumo

Este artigo visa contribuir para a análise da discursividade da ciência econômica, trazendo os conceitos do pós-estruturalismo foucaultiano para este debate. Buscamos compreender a mudança epistemológica da economia, a partir dos anos 80, sem ser necessário recorrer a uma cisão da interpretação social em esferas abstratas culturais (pós-modernismo) e outras material-econômicas (neoliberalismo). O campo da retórica na economia suscitou intenso debate nas ciências sociais. O abandono das teses keynesianas, empiricamente testadas ao longo do século XX, em função da absorção das teses neoliberais foi interpretado como expressão da “pós modernidade” na ciência econômica. As análises de Arida e Paulani remontam a crítica metodológica à intensa matematização da economia, à retomada de premissas baseadas em abstrações ontologicamente questionáveis sem, entretanto, compreender o papel da linguagem na estruturação da discursividade da ciência econômica. É a busca de uma ontologia adequada que norteia a crítica metodológica da ciência econômica marginalista-neoclássica. A partir das categorias de Foucault, propomos uma nova ontologia para a compreensão da retórica na ciência econômica.

Palavras-chave

Pós-Modernidade; Neoliberalismo; Retórica Econômica; Michel Foucault.

A ciência econômica como retórica: por uma nova ontologia

Abstract

This article aims to contribute to the economic science's discourse analysis, bringing the concepts of Foucault's post-structuralism to this debate. We seek to understand the epistemological change in the economy, started in the 80s, without having to resort to a split in social interpretation in abstract cultural spheres (postmodernism) and other material-economic spheres (neoliberalism). The field of rhetoric in economics has sparked an intense debate in the social sciences. The abandonment of Keynesian theses, empirically tested throughout the 20th century, due to the absorption of neoliberal theses was interpreted as an expression of "postmodernity" in economic science. Arida and Paulani's analysis trace the methodological criticism to the intense mathematization of the economy, to the resumption of premises based on ontologically questionable abstractions without, however, understanding the role of language in structuring the discourse of economic science. It is the search for an adequate ontology that guides the methodological critique of marginalist-neoclassical economic science. Based on Foucault's concepts, we propose a new ontology for the understanding of the rhetoric field in economics.

Keywords

Postmodernity; Neoliberalism; Economic Rhetoric; Michel Foucault.

DISTINGUINDO “PÓS-MODERNIDADE” DE “PÓS-ESTRUTURALISMO”

A noção de “pós-modernidade” é extremamente controversa. No entanto, tentar-se-á, de modo introdutório, circunscrevê-la para que esta seja paralelada a de “neoliberalismo”, que ao final deste artigo retomará uma outra conceituação. O que momentaneamente se sustenta aqui é que a “pós-modernidade” é um momento histórico no qual o debate se orientou em torno do repensar e superar de alguns preceitos modernos, particularmente os dos campos da arte e da produção do conhecimento acadêmico. A característica constante, então, que orienta as diversas tentativas de circunscrição do conceito é a crítica à modernidade, demarcada pelo domínio da razão. Em torno dessa posição central da racionalidade na sociedade é que se organiza o debate acerca do pós-moderno (CONNOR, 1996).

A partir da década de 1960 configurou-se uma translação do paradigma moderno pelo fato deste ser factível apenas pela afirmação de uma nova perspectiva relacional. O legado do projeto moderno não foi a realização de seu desígnio, neste sentido ele não cumpriu o que prometeu, uma mudança radical, mas isto não significa que este projeto moderno, estas vanguardas, não tenham deixado legado. Isto é, o prefixo “pós” não se associa a um “após” à modernidade, mas um período que está em constante diálogo com o paradigma da modernidade, cuja importância não é negada, a partir da sua manutenção como “palavra-núcleo” (MARICONI, 1994, p. 25).

O pensamento “pós-moderno”, então, vai na contramão do racionalismo cartesiano, da noção linear-teleológica de História de Hegel. Para destacar tal questão, então, pode-se recorrer ao exemplo de Deleuze (1970, pp. 9-11), que aponta o “caráter anti-

dialético” de sua filosofia, pois a *diferença* da esteira nietzschiana (presente na crítica ao racionalismo moderno) se opõe precisamente à negatividade da contradição dialética. Em Nietzsche a força é tida como vida, em que suas variedades entram em conflito entre si, algo diferencial à dialética, pois nesta “tudo depende do papel negativo”, e a diferença “*substitui o elemento especulativo da negação, da oposição ou da contradição, elemento prático da diferença: objeto de afirmação e de gozo*” (IBIDEM).

A positividade afirmativa de Nietzsche (Da Silva, 2019a), desta forma, se opõe à negatividade hegeliana. Se a filosofia de Nietzsche é a filosofia ativa dos nobres senhores, a de Hegel e sua dialética é a perspectiva fraca do escravo. Movimento centrífugo *versus* o movimento centrípeto. Se na dialética têm-se a tese, a antítese e a síntese marcando o movimento de convergência entre partes antitéticas, na diferença da esteira nietzschiana têm-se as linhas heterógenas de vida se relacionando e jogando agressivamente à diferença irresponsável da experimentação nova (MUÑOZ, 2005).

Desta forma, esta “pós-modernidade” se trata de um presente que procura, insistentemente, enraizar-se em um passado apropriado às suas ansiedades. Como apontado por Walter Benjamin (1987) em sua tese 9 sobre a história, sobre o quadro *Angelus Novus* de Klee, o anjo da história é um mensageiro da história, trazendo consigo a aurora de uma nova possibilidade imaginativa para o futuro. A leitura de Benjamin abre caminhos para a reflexão sobre o fazer histórico e estético a partir dos resíduos da modernidade. Se a “pós-modernidade” é imbuída de um paradigma tipicamente moderno, abandonado na contemporaneidade, o anjo da história não pode retornar ao que era. Entretanto, os resíduos, restos

e ruínas trazem consigo possibilidades de releituras, reconstruções criativas do passado que ressignificam o próprio presente.

A imagem do anjo da história de Benjamin, estupefato diante das ruínas que não pode retomar, parece bem exprimir a crise acima tratada – como dito por Huyssen (2014, p. 91) “*o modernismo é a nossa Antiguidade (...) deve ser possível continuar a trabalhar a partir das ruínas desse edifício*”. Devemos, tal como anunciado pelo mensageiro de Benjamin, juntar os fragmentos resultantes do projeto moderno e irmos para o irresistível futuro. Como respondido por Lyotard (1983, p. 96): “*o pós-moderno seria o que no moderno alega o inapresentável na própria apresentação; o que recusa ao consolo das boas formas, ao consenso de um gosto que permitiria experimentar em comum a nostalgia do impossível*”. Isto é, a pós-modernidade nega as belas formas da modernidade, pois “mosaiciza” suas ruínas em um gesto de experimentação. Esta nostalgia do passado e novas representações, não estão para gozar daquilo que foi, mas sim, para fazer sentir melhor que há algo do imprescindível.

Ou seja, nesse jogo “pós-moderno” tem-se um ideal cheio de perigos, pois configura, sem intencionalidade, uma transbordante potencialidade que sacode os grandes fins da modernidade, mas que ainda se ancora nela. Contudo, o que até agora de chamou de “pós-moderno” não é propriamente o pós-moderno que aqui se indicará, mas aqui que se chama “pós-estruturalismo”. Cabe lembrar que, mesmo criticados, revisitados e reinterpretados, os referenciais estéticos, filosóficos ou epistemológicos do pós-estruturalismo são tipicamente modernos: Marx, Freud, Kant, Hegel, Descartes, Hume, Leibniz, Klee, Mallarmé, Velásquez, Kafka, Artaud, Magritte, Proust, Debussy, Goethe, Wagner, Van Gogh, Beckett,

Millet, Blanchot, Bataille, Manet etc. Como é de se notar, isto se conflui com o defendido por Huyssen (1991) de que tais autores não são pós-modernos, mas sim a versão última da Modernidade.

Oras, o que seria, então, o que estamos tentando chamar de *pós-moderno*? Segundo Andreas Huyssen (1991), isto é uma “invenção norte-americana” fortemente ligada aos anos 60 em diante. É inegável, desta maneira, que houve uma alteração na “sensibilidade” ocidental catalisada pela crítica ao racionalismo, ao utilitarismo das artes e explicações de caráter totalizantes que obliavam certos aspectos marginais da vida social. Contudo, cabe aqui analisar como se deu a criação do nome *pós-moderno*. Huyssen (1991) não segue, então, a clássica categorização do fim da modernidade em Heidegger, tomando um outro caminho para sua análise. Partindo do campo das artes, ele dirá que o pós-modernidade é uma variedade de discursos que surgem a partir da década de 60 graças a algumas contingências históricas dos EUA, em especial à exaustão do movimento modernista-vanguardista das artes nos anos 50.

Iniciado nas críticas literárias e arquitetônicas, o uso do termo pós-modernismo sofreu uma grande expansão nos anos 70: migrou, não sem incentivo americano, para a Europa, sendo absorvido, principalmente, por Kristeva e Habermas. O que antes era uma energia cultural própria dos anos 60, demarcando uma série de características das pinturas, do cinema, da dança etc., acabou se translandando, ao decorrer da década de 70, ao empreendimento teórico – de modo irreversível, a expansão da lógica do pós-modernismo ao corpo filosófico fez com que a dicotomia moderno/pós-moderno estivesse completamente estabelecida nos anos 80. Mesmo que em nenhum outro lugar a ruptura com o modernismo

seja tão clara e distinta quanto na arquitetura norte-americana, acabou-se por criar uma “correta” linha teórica céptica aos saberes conservadoramente chamados de pós-modernos (HUYSSSEN, 1991, p. 27).

O que se deve lembrar, entretanto, diferentemente do que estes defensores conservadores e nostálgicos da modernidade retrospectivamente percebem, é que a modernidade nunca foi um bloco monolítico, mas sim uma série de linhas heterogêneas que se dirigiam para um horizonte parcialmente comum. Após a Segunda Guerra Mundial, uma série de valores e saberes sobre a modernidade acabou por formar uma imagem específica do modernismo, que veio a ser alvo de embate com aqueles chamados “pós-modernos”. Artisticamente falando, o pós-modernismo dos anos 60 e 70 critica uma certa visão do modernismo ao trazer uma leitura americanizada das vanguardas europeias, em especial no eixo Duchamp-Cage-Warhol. Ao se pegar, por exemplo, o expressionismo-abstrato de Nova Iorque, pode-se ver uma clara linha que data da Paris dos anos 1850-1860 que acabou por se tornar cânone nas redes de galerias, museus e academias. Contudo, com a vitória norte-americana na IIGM, uma nova visão eclodiu na década de 60 dando força à imaginação que agora via os valores modernos como esgotados (HUYSSSEN, 1991).

Novamente, meu argumento é que a revolta dos anos 60 nunca foi uma rejeição do modernismo por se, mas uma revolta contra a versão do modernismo que havia sido domesticada nos anos 50, incorporada pelo consenso liberal-conservador da época e transformada em arma de propaganda no arsenal cultural e político da guerra fria anticomunista (...). Nesse sentido, levo adiante meu argumento afirmando que (...) [a] atualidade não é capaz de dar conta do

caráter especificamente norte-americano do pós-modernismo. Afinal, o termo acumulou suas enfáticas conotações nos Estados Unidos e não na Europa. Sustento mesmo que ele não poderia ter sido inventado na Europa daquela época (...). A própria noção de pós-modernismo só apareceu na Alemanha no fim da década de 1970 e, mesmo então, não em relação à cultura dos anos 60, mas estritamente em relação aos então recentes avanços arquitetônicos (HUYSSSEN, 1991, pp. 34-35).

Posto que o pós-modernismo, tipicamente americano, carrega consigo um *ethos* do vanguardismo artístico com grande reflexão acerca do estatuto ontológico das formas da arte no intuito de fundar uma nova fronteira para o projeto modernista, pode-se dizer que este movimento dos anos 60 foi a expressão da vanguarda norte-americana do pós-guerra e o epílogo deste movimento internacional. Nos anos 70, entretanto, a retórica do vanguardismo já havido sido superada, falando-se de algo genuinamente “pós-moderno” e “pós-vanguardista”. Contudo, uma guinada conservadora surge enquanto resistência a estas transformações, tidas como ameaças à pureza e estabilidade das tradições modernas: a ridicularização do pós-modernismo parte de uma crítica arrogante aos movimentos contraculturais dos anos 60, tidos como um sintoma da cultura capitalista decadente (HUYSSSEN, 1991).

Desta forma, como ocorreu de fato a mescla imprecisa entre as noções de “pós-modernidade” e “pós-estruturalismo”? Habermas, identificando a extensa e latente aproximação entre estética e epistemologia nas obras pós-estruturais dos franceses contemporâneos, rotulou-os como conservadores por direcionarem suas energias à destruição proposital da linguagem e outras formas de apresentação, esquecendo-se do grande potencial e dever

emancipatório das melhores tradições iluministas da modernidade. Para Habermas, que tenta resgatar e reinscrever a razão iluminista em um debate que vai além das questões estético-poéticas, alvo de autores como Foucault e Derrida, que partiam de autores como Nietzsche e Mallarmé (HUYSSSEN, 1991).

A questão, todavia, não se restringe ao supracitado. Pelo contrário, ela ganha sua forma não no debate teórico, mas sim no processo de funcionamento do sistema acadêmico-universitário dos anos 70. Habermas não estava todo equivocado ao aproximar os pós-modernos aos pós-estruturalistas, pois, a partir dos anos 1970, os debates sobre o pós-modernismo estético e a filosofia pós-estruturalista têm se entrecruzado nas áreas de saber dos Estados Unidos. A tese sustentada aqui, então, tem seu ponto nevrálgico focado na apropriação norte-americana do pós-estruturalismo francês. No fim, “o tema central é político” (Huyssen, 1991, p. 57), já que a questão circunda a vida intelectual norte-americana; o engano se deu, como se vem mostrando aqui, quando criamos uma relação de identidade entre os substantivos “pós-modernismo” e “pós-estruturalismo”, que efetivamente surgem em locais geográficos e contextos históricos distintos: “*sem embargo, embora em grande medida pós-modernismo e pós-estruturalismo se possam sobrepor e misturar nos Estados Unidos, ambos estão longes de ser idênticos ou mesmo homólogos*” (HUYSSSEN, 1991, p. 60).

O paralelo, entretanto, é de distinção extremamente tênue, já que o pensamento francês de Foucault, Derrida e Deleuze confunde e flexibiliza as fronteiras entre o texto literário e o filosófico: a noção difundida no pós-estruturalista, em especial pelo impacto da linguística de Saussure na filosofia francesa, de que o sujeito é constituído na e pela

linguagem e de que não há exterioridade ao texto, levou este pensamento a privilegiar a estética e a linguística (Da Silva, 2020a). Por tal razão, não é gratuito que estes pensadores tenham acabado sido absorvidos, convidados a darem aulas, inclusive, nos departamentos de Literatura e História da Artes nas universidades americanas. Como indicado por Huyssen (1991), ocorreu uma espécie de domesticação norte-americana do pós-estruturalismo francês: Derrida e Barthes foram largamente privilegiados no sistema acadêmico dos EUA. O que a infiltração francesa nos Estados Unidos causou, então, foi uma confusão entre uma teoria historiografia versada sobre uma arte pós-moderna e uma prática arqueológica que investigava a própria modernidade.

Isto posto, temos de lembrar que, apesar da grande importância dada à estética dentro do pensamento francês pós-estruturalista, este não está abandonando as possibilidades políticas, mas a estendendo para os jogos de linguagem, aos outros níveis da vida social etc. (Da Silva, 2019c). Uma marca clara e distinta deste movimento é a chamada “microfísica do poder” de Michel Foucault, que inspirada na prática genealógica de Nietzsche, vai investigar a inscrição do poder no corpo e na mente, seja pela história da loucura, pela história da violência nas prisões ou pela história da sexualidade. A extensão deste projeto, que não surge como uma anti-modernidade, no mais, vai permitir uma leitura que não descola as esferas política e cultural, dado que, ao retomar de modo revisitado e reinterpretado o pensamento moderno, o pós-estruturalismo vai pensar concomitantemente a extensão dos dois projetos acima indicados, permitindo lançar muito mais longe as análises de seus temas escolhidos como objetos de investigação (DA SILVA, 2018, 2019b, 2020b).

OCAMPO DA ECONOMIA COMO RETÓRICA

Na década de oitenta, quando o debate modernidade/pós-modernidade já havia se instaurado e pós-estruturalismo e pós-modernismo se confundido, originou-se um novo campo no discurso econômico. Com as políticas de estímulo à fluidez de capitais transnacionais, o consenso keynesiano se enfraquece, e ganha espaço a concepção autointitulada “neoliberal”. Na contramão das humanidades, que ao longo do século XX debruçaram-se sobre a crítica ao empirismo, a ciência econômica retomou abstrações que já pareciam superadas, agarrou-se na objetividade aparente da linguagem matemático-computacional e se contorceu na ascese positivista que eleva o científico em ídolos.

A edição XXI do *Journal of economic literature*, publicada em junho de 1983, teve especial impacto na comunidade acadêmica. O artigo *The rhetoric of economics* de Donald N. McCloskey ganhou popularidade entre os economistas e estimulou a formação de um novo campo de investigação nessa ciência – o estudo da retórica na economia (Paulani, 2006)¹. Apesar do prestígio da publicação e do periódico, esse artigo não abre a possibilidade de um novo campo de estudo *per se*, mas por inserir-se em um momento de ruptura de um consenso hegemônico acerca da ontologia econômica. Para que os enunciados (énoncés) existam como unidades do discurso (*discours*) é necessário o surgimento de “*relations discursives avec les milieux non discursifs (...) qui constituent la limite (...) l’horizon déterminé*”

1 Leda Paulani sublinha em seu texto *Economia e retórica: o capítulo Brasileiro* a publicação de textos anteriores ao de McCloskey que tratavam da retórica na ciência econômica. É, entretanto, com a publicação de *The rhetoric in economics* que este assunto ganha “popularidade” na comunidade acadêmica entre economistas.

sans lequel tels objets d’énoncés ne pourraient apparaître” (DELEUZE, 1986, p. 19. Tradução nossa)².

A intelectualidade, dita de modo abrangente, passa a aderir ao relativismo de forma mais concisa e assim a questionar a ciência positiva (ou positivista?). Neste mesmo período, no campo discursivo da ciência econômica, a comunidade acadêmica estrutura um novo consenso hegemônico – a superação do keynesianismo pelo *neoliberalismo*. A possibilidade de radicalização do relativismo na filosofia – o que se convencionou a chamar de forma imprecisa de *pós-modernismo* – e a guinada neoliberal da ciência econômica são fruto, portanto, de uma conjuntura específica.

A crítica ao positivismo e a ciência positiva ganhara robustez já na primeira metade do século XX que colocará em questionamento o dogmatismo teórico de progresso científico e realizará duras críticas ao empirismo³. Já nos anos 1960, mas principalmente a partir da década de 1970, a “verdade” deixa de ser compreendida como um “universal”, para se tornar uma composição, uma produção⁴ (Candiotto, 2013). Como indicado por Foucault (1976), essas formas discursivas revelam a formação de uma nova episteme (*epistémè*), quando se reorientem as condições de possibilidade de

2 Tradução: “relações discursivas com ambientes não discursivos (...) que constituem o limite (...) o horizonte determinado sem o qual tais objetos de enunciados não poderiam aparecer”.

3 A filosofia da ciência desenvolvida por Karl Popper, tal qual a antropologia estruturalista francesa, e a tradição culturalista americana, tendo como principal figura Franz Boas, são algumas expressões da crítica à concepção de ciência positiva. O século XX foi marcado pela necessidade de superar o empirismo simplista que se impunha às ciências sociais, influenciadas pelas ciências da natureza.

4 O perspectivismo (de origem nietzscheana) é marcante no pensamento pós-estruturalista, fortemente presente na segunda metade do século XX. Podemos destacar a obra de Michel Foucault, Gilles Deleuze, Jacques Lacan, Roland Barthes, Paul Veyne etc.

todo saber. O que está sendo observado, portanto, não é a virtuosidade do sujeito enunciador do discurso, em sua genialidade e potência, mas o dinamismo da relação do homem com a verdade, e que para Foucault consiste na questão fundamental da filosofia:

Un espace philosophique nouveau va se libérer là où se défont les objets du savoir classique (...). Ainsi se trouvent mises en place les deux grandes formes de la réflexion philosophique moderne. L'une interroge le rapport entre la logique et l'ontologie ; elle procède par les chemins de la formalisation (...) L'autre interroge les rapports de la signification et du temps (...) elle remet au jour les thèmes et les méthodes de l'interprétation (FOUCAULT, 1966, p. 202. Tradução nossa)⁵.

Neste período, então, também se constroem as bases da teoria econômica *neoliberal*. A superação do consenso keynesiano, entretanto, ocorrerá apenas a partir da década de 1970, quando se reforçam as instâncias não discursiva neoliberal. Os governos de Margaret Thatcher (Primeira Ministra do Reino Unido de 1979 – 1990), Augusto Pinochet (Presidente do Chile de 1976-1990) e Ronald Reagan (Presidente dos Estados Unidos da América de 1981-1989) inauguram a ressignificação da teoria neoliberal como “guia” de política econômica, redefinindo a legitimidade da boa prática de governar – “*conscience de soi du gouvernement*”⁶.

5 Tradução: “Um novo espaço filosófico será liberado onde os objetos do conhecimento clássico estão sendo desfeitos (...). Assim, as duas grandes formas de reflexão filosófica moderna são estabelecidas. Uma questiona a relação entre lógica e ontologia; ela segue pelos caminhos da formalização (...). A outra questiona a relação entre sentido e tempo (...) ela traz à tona os temas e métodos de interpretação”.

6 Tradução nossa: “conhecimento de si do governo”. Foucault afasta de seu pensamento qualquer forma de julgamento moral acerca dos movimentos históricos. As escolhas e ações realizadas pelas instituições sociais – sejam elas a família, os hospitais, o Estado etc. – são orientados por indivíduos que estão sujeitos a formas rígidas de legitimação de suas ações e pensamento. É a partir desta compreensão de legitimidade, de compreensão da *Verdade de si* que se pode compreender a escolha de um estilo de política econômica específica, por exemplo.

Abandonou-se a concepção de complementaridade entre intervenção estatal e solidez do mercado junto com as críticas às premissas utilitaristas, para se retomar o princípio de eficiência alocativa do mercado – tal qual renovam as noções de *liberdade* e *socialismo*. Os neoliberais que desde o final dos anos 1930 produziam análises político-econômicas “*in vitro*” e passam a determinar com esses *saberes* os limites da ação do Estado, definindo o que é agenda, ou não, do governo. Criam-se as instâncias práticas de *objetivação* do discurso, as *tecnologias* que permitiram a produção de uma outra subjetividade, uma nova forma de entendimento, e que limita e engendra o que se produz a partir dos *saberes* da economia; o que internaliza os *enunciados* dos economistas ao discurso da ciência econômica neoliberal⁷.

O rápido abandono das teses keynesianas pela comunidade científica da economia foi compreendido de forma conflitante: parte dela (mais alinhada ao novo paradigma neoclássico) atribuía essa mudança ao desenvolvimento metodológico e “aperfeiçoamento científico” do campo econômico. Este *saber* passa a se legitimar a partir de sua capacidade de previsão (Friedman, 1966). Quem opera essa torção metodológica é Milton Friedman, em 1966, seu texto é a expressão do questionamento das relações entre a ontologia e a lógica, fica exposta a nova relação da ciência econômica com a verdade.

Já os economistas menos alinhados às novas *regras de produção* do pensamento econômico denunciavam a reutilização de premissas outrora

7 Paulani (2006) define o neoliberalismo como uma forma de doutrina econômica. A percepção de ausência de divergência no pensamento contemporâneo não é exclusividade de sua obra, mas relatada também por Milton Santos, em *Por uma outra globalização - “pensamento único”*, e Peter Sloterdijk, que entende a ampliação da ação comunicativa contemporânea como o fim agonizante da humanidade. Para mais, ver: Santos, 2017.

descartadas pelos acadêmicos neoliberais. Enquanto os primeiros julgam compor a vanguarda do pensamento econômico, os keynesianos questionavam a validade empírica das teses neoliberais – uma vez que o intervencionismo se mostrará efetivo a partir de experiências concretas. Assim sendo, o campo da retórica na ciência econômica é derivado do *interesse*, ou melhor, do *desejo* de compreensão e contestação da mudança ontológica da teoria econômica. Seu desenvolvimento busca responder como o discurso econômico pôde absorver tamanha mudança, sem motivo aparente. Como este discurso poderia ser constituído tanto pelas críticas metodológicas à *mathesis* como pela micro-fundamentação; pela análise histórico-sociológica, quanto por intensa abstração (Arida, 1983); pela instrumentalização política e legitimação destas práticas.

É neste contexto específico que podemos entender o sucesso do texto de McCloskey de 1983, levando à abertura deste novo campo de estudo na ciência econômica denominado retórica. O texto da resposta a um movimento de ruptura intelectual que aparentemente não encontra motivos empíricos para ocorrer, e interpreta uma mudança que começa – quando investigado superficialmente - dentro dos ambientes acadêmicos e se objetiva na realidade. A partir daí, os cientistas da economia se debruçaram sobre o que eles denominaram de “retórica”, buscando entender, criticar e legitimar a mudança epistemológica sofrida pelo discurso econômico; entender os efeitos da teoria econômica na adoção de políticas públicas; a influência desta ciência no tecido social; sua capacidade de convencimento.

Este conceito, entretanto, não fora bem definido, não compreende a diferença entre os enunciados individuais (*énoncés*) e a estrutura

discursiva que caracteriza o discurso como esfera disciplinar (*discours*) que orienta a linguagem, tema e constituição do que pode ser compreendido como ciência econômica (Foucault, 1966). A maioria dos estudos da retórica produzidos pelos economistas se apoiaram em noções vagas. Não existe uma teoria de linguagem que ancore as análises; não se fez uma investigação precisa acerca das relações de poder que fabricam o discurso econômico; não fora proposta uma interpretação acerca da verdade; tão pouco se forneceu pistas para compreender como o sujeito encarna, reproduz, objetiva o discurso econômico.

McCloskey, em seu texto já citado, preocupava-se especialmente em produzir uma crítica acerca da linguagem matemática utilizada extensivamente pelos economistas neoclássicos. Em sua concepção “*economics, like any field, should get its standards of argument from itself, not from the legislation of philosopher kings*” (McCloskey, 1983, p. 482. Tradução nossa)⁸ repete-se neste fragmento a noção voluntarista que o discurso toma na interpretação do autor. E novamente, o problema da *mathesis* da linguagem matemática na economia, estaria, portanto, em sua estruturação extremamente técnica, afastada do tecido social geral, e, portanto, incapaz de influenciar as instâncias de governo. Estaria presa no que o autor chama de *cartesian paradigm*. A maneira de superação ao *cartesian method* (método cartesiano) seria a utilização da retórica como método próprio da ciência econômica. A retórica é entendida assim ou como um parlatório mais ou menos convincente de acordo com normas estéticas da linguagem: McCloskey batizou esta resposta de *modernist methodology* (metodologia modernista).

8 Tradução: “a economia, como qualquer campo, deve obter seus padrões de argumentação de si mesma, não da legislação dos reis filósofos”.

A perspectiva retórica da economia fornecida por McCloskey não se opõe à linguagem matemática e a sua objetividade, mas a complementa. O que o autor compreende como retórica é parte fundamental para sustentar o abandono da busca por uma ontologia adequada por parte da ciência econômica. Sua “crítica” é uma forma de estímulo ao voluntarismo da comunidade dos economistas para que se desencastelem dos centros de pesquisa e ganhem o tecido social, numa compreensão rasa acerca do que é o discurso econômico, sua relação nas relações de poder-saber que definem as tecnologias disciplinares e jurídicas que possibilitam a ascensão do neoliberalismo.

Esse texto inaugural deste campo do discurso econômico, foi trabalhado por economistas de diversas filiações teóricas. Pérsio Arida (1983) compreende a “retórica” como um método alternativo do estudo da economia. A *soft science* que se afasta da linguagem matemática e se relaciona com a retórica por apoiar-se no estudo histórico e dos clássicos da economia política demonstra a incapacidade de pensar a relação do discurso na produção das relações de poder e produção de saber. Leda Paulani (2006), no entanto, entende o texto de McCloskey como expressão da pós-modernidade. E o neoliberalismo? Este é compreendido de forma categórica: uma doutrina. É necessário, portanto, a cisão entre um movimento que se compreende como “cultural” e sua parte material, de cunho econômico, para responder à complexidade social. A análise social é, portanto, cindida. Na análise de Leda Paulani do texto de Donald McCloskey, critica-se a compreensão da retórica do autor inglês como um “falatório”, contorcendo argumentos para mostrar que a preocupação com a linguagem seria algo contingente aos interesses que regem de fato o discurso econômico. Sem, entretanto, nos

mostrar como é possível que algo desta contingência pós-modernista poderia compor o principal jornal econômico do mundo, o *Journal of economic literature*.

Fica evidente, a partir do exposto, a insuficiência destas elaborações em produzir compreensão do saber científico, por não interpretar os mecanismos formais de significação. A análise da retórica na economia fica presa na dicotomia entre a teoria do saber objetivo – positivismo lógico – ou colocando o sujeito como fundamento de verdade, como fonte de significação única e universal. Ou exclui-se a relação de exterioridade dos discursos em relação aos sujeitos, ou a multiplicidade de composição destes discursos. Se por um lado procura-se sustentar o idealismo metodológico, elevando a ciência econômica ao posto acético da objetividade positivista (Arida, 1983), por outro lado sustenta-se a possibilidade de alcance de uma ontologia adequada, que abrindo mão das abstrações mais vulgares da economia neoclássica, se reinventasse de forma acertiva.

Mostram-se, portanto, inconclusivas as análises expostas por Arida (1983) acerca das divergências no pensamento econômico, ou se essa está tomada pelo pensamento único de Paulani (2006). Ainda, não se chega à nenhuma conclusão acerca da “retórica” na ciência econômica: fundamental para a expansão do impacto da economia no tecido social (McCloskey, 1983). Ora, mas como ocorreria essa influência; uma espécie de ação comunicativa habermasiana, ou uma imposição de classes dominantes?

O pensamento de Michel Foucault se faz relevante, então, por compreender a verdade e os próprios sujeitos como produção das relações de poder saber. “*Consideradas no momento em que emergem, funcionam e se transformam, as práticas são reconhecidas como como chaves de inteligibilidade para pensar o lugar da verdade*”

e sua articulação com o sujeito” (Candiotto, 2013, p. 20), a tradição foucaultiana de pensamento contribui à crítica metodológica da ciência econômica pela sua capacidade de compreender os sujeitos e a verdade como produções das relações de poder-saber. A verdade, em Foucault, deve ser compreendida não a partir da objetividade e isenção que se pretende compreender a *mathesis* neoliberal. Tão pouco como produto histórico de um movimento essencial que compõe a dinâmica histórica. Mas como produto da *subjetivação* que se impõe pelas práticas disciplinares e vigilância imposta pelas tecnologias de poder – essas discursivas e não discursivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste texto foi mostrar que Michel Foucault é capaz de nos fornecer uma compreensão concisa da complexidade social, sem ter de lançar mão de uma cisão analítica entre cultura e materialidade; ontologia e epistemologia; percepção e verdade. Tal movimento de intersecção entre a perspectiva artística e filosófica só é possível, no entanto, graças à aproximação destas áreas dentro de seu projeto filosófico, que, sendo uma grande arqueologia da modernidade, pode abarcar as esferas econômicas, políticas, sociais e culturais, já que tais problemas partem daquilo que Foucault diz ser o objeto central de sua pesquisa: a subjetividade (Cardoso Jr., 2005)⁹. O fio condutor deste trabalho, partindo de uma reorganização de como certos termos são circunscritos, foi a exposição de como o pensamento

de Foucault – não sendo da pós-modernidade (conceito crido a partir do cenário artístico norte-americano), mas sim pós-estrutural e, por tanto, retomando diferencialmente a modernidade a partir da aproximação da linguística, estética e epistemologia das ciências humanas (Da Silva, 2020a) – pode reunir duas esferas (erroneamente apartadas pela retórica econômica) a partir de uma mesma origem analítica.

A breve genealogia aqui proposta, então, busca introduzir as categorias e o método foucaultiano de análise no campo análise do campo retórico da economia. A ausência de voluntarismo na produção discursiva e a possibilidade de divergências nos enunciados que compõem essa tecnologia discursiva compreendidas por Michel Foucault em *L'archéologie du savoir* (1969) nos possibilitam compreender a retórica na economia de forma mais precisa do que o que nos é tradicionalmente oferecido no debate brasileiro tradicional. Essa noção de unicidade com pluralidade entre discurso e enunciados nos afasta de compreensões pouco criteriosas em relação ao discurso neoliberal (simplesmente tido como “doutrina”, pensamento único imposto por uma classe dominante fantasmagórica) e abarca ainda a crítica metodológica à valorização da *mathesis* na ciência econômica – que pretensamente se distancia do neoliberalismo.

A observância de Michel Foucault do neoliberalismo como produto de uma nova racionalidade, dá conta de todo movimento social, cujo neoliberalismo é também um produto, e não uma causa. É precisamente essa racionalidade neoliberal que permeia tanto o discurso econômico, quanto a função do Estado, as novas tecnologias econômicas de fluidez de capitais, quanto o relativismo cultural que fora denominado de “pós-modernismo” de forma irrefletida, quase infantil. Ao se dar um passo

⁹ Como apontado por Foucault (2004a, p. 272), “a relação consigo mesmo é ontologicamente primária”. Isto é, o ponto de partida para todos os problemas analisados por Foucault, da história da loucura à estética da existência, parte de uma mesma noção da primeiridade ontológica da subjetividade.

para trás e se tomar distância da questão, pode-se ver como a invenção do termo pós-modernismo e seu processo de extensão e banalização acaba por engendrar um problema que precisa ser superado. Com o pós-estruturalismo foucaultiano, então, têm-se uma perspectiva possibilitada que abarca concomitantemente a esfera cultural (debilmente dita “pós-moderna”) econômica (antes numa continuação redutiva de neoliberalismo).

A novidade que se opera com a introdução deste método na ciência econômica está no abandono da busca por uma epistemologia adequada ao pensamento econômico. É necessário compreender as relações de poder-saber que possibilitam a objetivação dos enunciados a partir do processo de *subjetivação* (que é anterior e qualitativamente superior às categorias que antes eram circunscritas separadamente pela retórica econômica). É a capacidade de produzir os sujeitos a partir das tecnologias discursivas e não discursivas que se legitimam e operam as instâncias de poder – não a partir da tirania economicista de um grupo social onipresente e onipotente. A racionalidade neoliberal é produto da dinâmica de poder, e o discurso econômico se produz à guisa desse conflito. A objetividade científica reside na capacidade de ordenamento das ações individuais, com o entendimento de si que se modifica, de forma auto limitativa e tendo a concorrência como *logos* fundamental dos governados, dos governantes e do próprio Estado.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ACEMOGLU, Daron. **Why Nations Fail**. New York. Crown publishing group. 2012.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade: o espírito do Toyotismo na era do capitalismo manipulatório**. São Paulo. Boitempo. 2011.

BENJAMIN, W. **Obras escolhidas. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222-232.

CANDIOTO, César. **Foucault e a crítica da verdade**. Belo Horizonte. Editora Autêntica e Champagnat, Editora PUCPR. 2013.

CARDOSO Jr. Hélio R. Para que serve uma subjetividade? Foucault, Tempo e Corpo. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 18, n. 3, pp. 342-349, 2005.

CHESNAIS, François. **La mondialisation financière. Genèse, coût et enjeu**. Paris. Syros. 1996.

_____. (et. al.). **Une nouvelle phase du capitalisme?** Paris. Syllepse. 2001.

CONNOR, Steven. **Cultura Pós-Moderna. Introdução às teorias do contemporâneo**. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 1996.

DA SILVA, Gustavo Ruiz. A Guerra: uma valorização através do tempo. **Discurso sem método**, São Paulo, v. 1, n.1, p. 35-42, 2018.

_____. Por uma Moral Forte: Jesus-Nietzsche conciliados contra o Crime. **Alabastro**, São Paulo, a. 8, v. 1, n. 13, p. 18-28, 2019.

_____. War? Another possible relation between Yugoslavia and its football. **Filos. e**

Educ., Campinas, v. 11, n. 3, p. 494-508, 2019.

_____. The world as an asylum: between celebrities and medicine. **Occursus**, Fortaleza, v.4, n.2, p.278-284, 2019.

_____. Foucault e Borges: da Literatura ao Método Arqueológico. **Communitas**, v.9, n. 5, p.379-392, 2021.

_____. Ampliando o “cuidado de si” em Foucault: Paul Veyne e sua nova forma de se fazer “Crítica” a partir de Marcel Mauss. **Boletim Historiar**, v. 8, n. 1, p. 03-21, 2021.

_____. Resenha: GROS, Frédéric. *Desobedecer*. São Paulo: Ubu Editora, 2018. 224p.

Argumento, Salvador, v. 16, p. 117-126, 2020.

_____. “Resenha de MUNOZ, Yolanda G. Isócrates e Nietzsche: uma relação perigosa?” **Estudos Nietzsche** 10.2 (2019).

_____. «A imagem de si: entre obediência e subjetividades dissonantes.» **Cippus** 8.2 (2020): 59-67.

_____. «Entre outras oniromancias: dos gregos aos ameríndios.» **PARALAXE** 7.1 (2020b): 85-97.

DA SILVA, Gustavo Ruiz; PURVES, Ian Alankule.; O som e a embriaguez na tragédia segundo Nietzsche. **Humanidades em Diálogo**, v. 10, n. 1, p. 86-99, 2021.

DARDOY, Pierre. LAVAL, Christian. **La nouvelle raison du monde essai sur la société néolibérale**. Paris. Éditions La Découverte. 2010.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Paris. Les éditions de minuit. 1986/2004.

_____. **Nietzsche et la philosophie**. Paris: PUF, 1970.

FOUCAULT, Michel. **L’archéologie du savoir**. Paris. Éditions Tel Gallimard. 1969.

_____. **Histoire de la folie à l’âge classique**. Paris. Éditions Tel Gallimard. 1972.

_____. <<Il faut défendre la société>> **Cours au Collège de France.1976**. Paris. Éditions EHESS Gallimard Seuil. 1997a.

_____. **Sécurité, territoire, population: Cours au Collège de France.1977-1978**. Paris. Éditions EHESS Gallimard Seuil. 1997b.

_____. “A ética do cuidado de si como prática da liberdade”. In: _____. **Ditos & Escritos V - Ética, Sexualidade, Política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004a.

_____. **Naissance de la biopolitique: Cours au Collège de France. 1978-1979**. Paris. Éditions EHESS Gallimard Seuil. 2004b.

_____. **Le gouvernement de soi et des autres**. Cours au Collège de France. 1982-1983. Paris. Éditions EHESS Gallimard Seuil. 2008.

_____. **Subjectivité et vérité**. Cours au Collège de France. 1980-1981. Paris. Éditions EHESS Gallimard Seuil. 2014.

FRIEDMAN, Milton. **The Methodology of positive economics**. Chicago. University of Chicago Press. 1966.

HUYSEN, Andreas. Mapeando o pós-moderno. In: HOLLANDA, Heloisa B. (Org.). **Pós-Modernidade e Política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1991, p. 15-80.

LAVAL, Christian. **Foucault, Bourdieu et la question néolibérale**. Paris. Éditions la découverte. 2018.

LÓPEZ-RUIZ, Osvaldo Javier. **Os executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo. Capital humano e empreendedorismo como valores sociais**. Rio de Janeiro. Azougue Editorial. 2007.

LYOTARD, Jean-François. Resposta à questão: O que é o pós-moderno?. **Arte em Revista**, a, 5, n. 7, 1983.

MORICONI, Italo. **A Provocação Pós-Moderna. Razão histórica e política hoje**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.

MARSHALL, Sahlins. **Esperando Foucault, ainda**. Tradução: Marcela Coelho de Souza e Eduardo Viveiros de Castro. São Paulo. UBU editora. 2018.

MCCLOSKEY, Donald. **The rhetoric in economics**. London. Journal of Economic Literature. Vol 21. Nº2. 1983.

MUÑOZ, Yolanda G. G. **Escolher a montanha: Os curiosos percursos de Paul Veyne**. São Paulo: Editora Humanitas, 2005.

NALLI, Marcos. MANSANO, Sonia. Org. **Michel Foucault: desdobramentos**. Belo Horizonte. Autêntica Editora. 2016.

REGO, José Marcio. Org. **Retórica na economia**. São Paulo. Editora 34. 1996.

RESENDE, Haroldo de, Org. **Michel Foucault: a arte neoliberal de governar e a educação**. São Paulo. Intermeios; Brasília. Capes/CNPq. 2018.

SAHLINS, Marshall. **Esperando Foucault. ainda**. Tradução Marcela Coelho de Souza e Eduardo Viveiros de Castro. São Paulo. Ubu Editora. 2018.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. São Paulo. Record. 2017.

SLOTERDIJK, Peter. **Esferas**. São Paulo. Editora Estação Liberdade. 2016.

SOUSA, Kátia Menezes. PAIXÃO, Humberto Pires da. Org. **Dispositivos de poder/saber em Michel Foucault: biopolítica, corpo e subjetividade**. São Paulo. Intermeios. Goiânia. UFG. 2015.

STIVAL. Monica Loyola. **Política e moral em Foucault: entre a crítica e o nominalismo**. São Paulo. Edições Loyola. 2015.